

País	Exportador	Importador
Tchecoslováquia	—	10
Trindade e Tobago	4	—
Uganda	41	—
Venezuela	9	—
Zaire	20	—
<b>Total</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>

(\*) Inclui o Luxemburgo.

DECRETO Nº 78.424 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1975

**Promulga o Protocolo pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.**

O Presidente da República, Havendo o Congresso Nacional aprovado pelo Decreto Legislativo nº 28, de 5 de junho de 1968, o Protocolo pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, concluído em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966;

Havendo o instrumento brasileiro de ratificação sido depositado junto ao Governo da República Oriental do Uruguai, a 2 de outubro de 1968;

e havendo o referido Protocolo entrado em vigor a 27 de setembro de 1975, de acordo com o seu artigo 3º;

DECRETA:

que o mesmo, apenas por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Brasília, 10 de outubro de 1975; 154ª da Independência e 87ª da República.

ERNESTO GEISEL

Antônio Francisco Azeredo da Silveira

**PROTOCOLO PELO QUAL SE INSTITUCIONALIZA O CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DAS PARTES CONTRATANTES DO TRATADO DE MONTEVIDEU**

Os Representantes dos Governos das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, reunidos no Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana do Livre Comércio, de acordo com o estabelecido no Artigo 60 do Tratado, convêm no seguinte:

Artigo 1º Modificam-se os Artigos 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39 do Tratado de Montevideu, os quais ficarão redigidos na seguinte forma:

#### ARTIGO 33

São órgãos da Associação o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes (denominado neste Tratado "Conselho"), a Conferência das Partes Contratantes (denominada neste Tratado "Conferência") e o Comitê Executivo Permanente (denominado neste Tratado "Comitê").

#### ARTIGO 34

O Conselho é o órgão supremo da Associação e adotará as decisões relativas a sua direção política superior. Como tal, terá as seguintes atribuições:

a) Ditar normas gerais que permitam o melhor cumprimento dos objetivos do presente Tratado e, especialmente, que tendam a acelerar de forma harmônica o processo de desenvolvimento e integração econômica e social das Partes Contratantes;

b) Examinar os resultados das tarefas cumpridas na Associação e estabelecer as diretrizes fundamentais que sirvam de base aos programas de trabalho dos demais órgãos da mesma;

c) Conhecer e resolver os assuntos que considere conveniente dentro os que lhe forem submetidos pela Conferência ou pelo Comitê;

d) Fixar normas básicas que regulem as relações da Associação com terceiros países, associações regionais, organismos ou entidades internacionais;

e) Delegar à Conferência ou ao Comitê a faculdade de tomar decisões sobre matérias específicas destinadas a permitir o melhor cumprimento dos objetivos do Tratado;

f) Aprovar emendas ao Tratado, nos termos do Artigo 60;

g) Modificar seu próprio sistema de votação e o da Conferência, conforme o disposto no Artigo 38; e

h) Estabelecer seu próprio regulamento.

O Conselho estará constituído pelos Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes. Não obstante, quando alguma destas tiver atribuído a competência dos assuntos da Associação a outro Ministro ou Secretário de Estado que não o das Relações Exteriores, poderá estar representada no Conselho pelo Ministro ou Secretário respectivo.

#### ARTIGO 35

A Conferência terá as seguintes atribuições:

a) Promover a realização das negociações previstas no Artigo 4 e apreciar seus resultados;

b) Dar cumprimento às tarefas que o Conselho lhe confie;

c) Considerar e resolver, dentro de sua competência, os assuntos que lhe forem submetidos pelo Comitê;

d) Adotar, dentro de sua competência, as medidas necessárias para a execução do Tratado e dos Protocolos respectivos;

e) Aprovar o programa anual de trabalho do Comitê, bem como o orçamento da despesa da Associação e fixar as contribuições de cada Parte Contratante;

f) Aprovar seu regulamento e o do Comitê;

g) Designar o Secretário-Executivo do Comitê; e

h) Ocupar-se dos demais assuntos de interesse comum que não se relacionem com a direção política superior da Associação.

A Conferência estará constituída por delegações devidamente credenciadas pelas Partes Contratantes. Cada Delegação terá direito a um voto.

#### ARTIGO 36

Tanto o Conselho quanto a Conferência reunir-se-ão em sessões ordinárias uma vez por ano. Em cada Período de Sessões fixar-se-á a sede e a data da respectiva sessão ordinária anual seguinte, sem prejuízo da fa-

culdade de determinar o Comitê nova sede e data quando motivos supervenientes o tornarem necessário.

Cada um destes órgãos reunir-se-á em sessões extraordinárias quando convocado pelo Comitê.

#### ARTIGO 37

Tanto o Conselho quanto a Conferência somente poderão reunir-se e tomar decisões com a presença de pelo menos dois terços (2/3) das Partes Contratantes.

#### ARTIGO 38

Enquanto o Conselho não estabelecer um sistema de votação diferente, tanto suas decisões quanto as da Conferência serão tomadas com o voto afirmativo de pelo menos dois terços (2/3) das Partes Contratantes e sempre que não haja voto negativo.

A abstenção não significará voto negativo. A ausência no momento da votação será interpretada como abstenção.

Não obstante, o Conselho, com o voto afirmativo de dois terços (2/3) de seus membros poderá:

a) Eleger o Presidente e dois Vice-Presidentes; e

b) Fixar a sede e data do Período de Sessões Ordinárias seguinte.

A Conferência, com o voto afirmativo de dois terços (2/3) das Partes Contratantes, poderá ainda:

a) Aprovar o orçamento anual da despesa da Associação;

b) Eleger o Presidente e dois Vice-Presidentes, bem como o Secretário Executivo; e

c) Fixar a sede e data do Período de Sessões Ordinárias seguinte.

#### ARTIGO 39

O Comitê é o órgão executivo permanente da Associação, encarregado de velar pela aplicação das disposições do presente Tratado e terá, entre outras, as seguintes atribuições e obrigações:

a) Convocar o Conselho e a Conferência, organizando, em cada caso, a agenda provisória correspondente;

b) Submeter à aprovação da Conferência um programa anual de trabalho bem como um projeto de orçamento anual da despesa da Associação;

c) Representar a Associação perante terceiros países e organismos ou entidades internacionais, com o objetivo de tratar de assuntos de interesse comum; outrossim, representá-la nos contratos e demais atos de direito público e privado;

d) Realizar os estudos, sugerir as providências e formular ao Conselho e à Conferência as recomendações que considere convenientes para o melhor cumprimento do Tratado;

e) Apresentar às sessões ordinárias do Conselho e da Conferência um relatório anual sobre suas atividades e sobre os resultados da aplicação do presente Tratado;

f) Solicitar, quando o considere conveniente, o assessoramento técnico, bem como a colaboração, de pessoas e de organismos internacionais;

g) Tomar as decisões que lhe forem delegadas pelo Conselho ou pela Conferência; e

h) Executar as tarefas que lhe forem confiadas pelo Conselho ou pela Conferência e as que especificamente lhe correspondam por disposições deste Tratado e dos Protocolos respectivos.

Artigo 2º O presente Protocolo não poderá ser assinado com reservas nem estas poderão ser feitas por ocasião de sua ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Governo da República Oriental do Uruguai, o qual comunicará a data do depósito aos Governos dos Estados que tenham firmado o presente Protocolo.

Artigo 3º O presente Protocolo entrará em vigor trinta dias após o depósito de todos os instrumentos de ratificação das Partes Contratantes.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciários, devidamente credenciados firmam o presente Protocolo.

Feito na cidade de Montevideu, aos doze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Argentina: *Nicanor Costa Méndez*

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil: *Juracy Magalhães*

Pelo Governo da República da Colômbia: *German Zea*

Pelo Governo da República do Chile: *Pelo Governo da República do Equador: *Galo Pico Mantilla**

Pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos: *Antonio Carrillo Flores*

Pelo Governo da República do Paraguai: *Raúl Sapena Pastor*

Pelo Governo da República do Peru: *Jorge Vázquez Salas*

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: *Luis Vidal Zaglio*

Pelo Governo da República da Venezuela: *Ignacio Iribarren Borges*

DECRETO Nº 78.425 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1975

**Promulga o Protocolo para a Nova Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo.**

O Presidente da República,

Havendo sido aprovado, pelo Decreto Legislativo nº 61, de 30 de junho de 1975, o Protocolo para a Nova Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo, concluído em Londres, a 14 de fevereiro de 1975 e aberto à assinatura em Washington, de 25 de março a 14 de abril de 1975; e havendo o instrumento de ratificação do referido Protocolo, pelo Brasil, sido depositado em Washington, a 8 de agosto de 1975;

DECRETA:

que o Protocolo, apenas por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Brasília, 10 de outubro de 1975; 154ª da Independência e 87ª da República.

ERNESTO GEISEL

Antônio Francisco Azeredo da Silveira

**PROTOCOLOS PARA A NOVA PRORROGAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO DO TRIGO E DA CONVENÇÃO SOBRE AJUDA ALIMENTAR QUE CONSTITUEM O ACORDO INTERNACIONAL DO TRIGO, 1971**

#### PRÉAMBULO

A Conferência para o estabelecimento dos textos dos Protocolos para a nova prorrogação das Convenções que constituem o Acordo Internacional do Trigo, 1971

Considerando que o Acordo Internacional do Trigo de 1949 foi revisado, renovado ou prorrogado em 1954, 1955, 1956, 1962, 1965, 1966, 1967, 1968, 1971 e 1974;

Considerando que o Acordo Internacional do Trigo, 1971, composto por dois instrumentos legais independentes, a Convenção sobre Comércio de Trigo, 1971, e a Convenção sobre Ajuda Alimentar, 1971, ambos prorrogados em virtude do Protocolo em 1974, expirará em 30 de junho de 1975;

Estabeleceu os textos dos Protocolos para a nova Prorrogação da Convenção sobre Comércio do Trigo, 1971, e para a nova Prorrogação da Convenção sobre Ajuda Alimentar, 1971.

**PROTOCOLO PARA A NOVA PRORROGAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE COMÉRCIO DO TRIGO, 1971**

Os Governos partes neste Protocolo,

Considerando que a Convenção sobre Comércio do Trigo, 1971 (doravante denominada "a Convenção")

do Acordo Internacional do Trigo, 1971, que foi prorrogada em virtude de Protocolo em 1974, expira a 30 de junho de 1975.

Convieram no seguinte:

#### ARTIGO 1

*Prorrogação, expiração e término da Convenção*

Com as restrições do disposto no Artigo 2 deste Protocolo, a Convenção permanecerá em vigor entre as Partes deste Protocolo até 30 de junho de 1976, ressalvando-se que, se um novo acordo internacional sobre o trigo entrar em vigor antes de 30 de junho de 1976, este Protocolo permanecerá em vigor somente até a data da entrada em vigor do novo acordo.

#### ARTIGO 2

*Disposições inoperantes da Convenção*

As seguintes disposições da Convenção deverão ser consideradas inoperantes a partir de 1º de julho de 1975:

- (a) parágrafo (4) do Artigo 19
- (b) Artigos 22 a 28 inclusive;
- (c) parágrafo (1) do Artigo 27;
- (d) Artigos 28 a 31 inclusive.

#### ARTIGO 3

*Definição*

Qualquer referência neste Protocolo a um "Governo" ou "Governos" será interpretada como incluindo referência a Comunidade Econômica Europeia (doravante denominada "a Comunidade"). Consequentemente, qualquer referência neste Protocolo à "assinatura" ou ao "deposição dos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou conclusão", "instrumento de adesão" ou "declaração de aplicação provisória" por um Governo deverá, no caso da Comunidade, ser interpretada como incluindo assinatura ou declaração de aplicação provisória em nome da Comunidade pela sua autoridade competente e o depósito do instrumento requerido pelos procedimentos institucionais da Comunidade para a conclusão de um acordo internacional.

#### ARTIGO 4

*Finanças*

A contribuição inicial de qualquer membro exportador ou importador que adira a este Protocolo na forma do parágrafo (1) (b) do seu Artigo 7, será fixada pelo Conselho com base nos votos que lhe serão atribuídos e o período remanescente do corrente ano-safra, porém as contribuições estabelecidas para outros membros exportadores e importadores para o corrente ano-safra não serão alteradas.

#### ARTIGO 5

*Assinatura*

Este Protocolo estará aberto à assinatura, em Washington, de 25 de março de 1975, até e inclusive 14 de abril de 1975, pelos Governos dos países partes da Convenção em sua forma prorrogada em virtude de Protocolo ou tidos provisoriamente como partes da Convenção em sua forma prorrogada em virtude de Protocolo, em 25 de março de 1975, ou que sejam membros das Nações Unidas, das suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atômica, e estejam relacionadas no Anexo A ou no Anexo B da Convenção.

#### ARTIGO 6

*Ratificação, aceitação, aprovação ou conclusão*

Este Protocolo estará sujeito a ratificação, aceitação, aprovação ou conclusão por cada um dos Governos signatários, em conformidade com seus respectivos procedimentos constitucionais ou institucionais. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou conclusão serão depositados junto ao Governo dos Estados

Unidos da América em data não posterior ao dia 18 de junho de 1975, ressalvando-se que o Conselho pode conceder uma ou mais prorrogações de prazo a qualquer Governo signatário que não tenha depositado seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou conclusão até essa data.

#### ARTIGO 7

*Adesão*

(1) Este Protocolo estará aberto à adesão:

(a) até 18 de junho de 1975 pelo Governo de qualquer membro relacionado no Anexo A ou B da Convenção nessa data, ressalvando-se que o Conselho pode conceder uma ou mais prorrogações de prazo a qualquer Governo que não tenha depositado seu instrumento nessa data, e

(b) depois de 18 de junho de 1975 pelo Governo de qualquer membro das Nações Unidas, de suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atômica, nas condições que o Conselho considerar apropriadas por não menos de dois terços dos votos emitidos pelos membros exportadores e dois terços dos votos emitidos pelos membros importadores.

(2) A adesão se efetuará através do depósito de um instrumento de adesão junto ao Governo dos Estados Unidos da América.

(3) Quando, para fins de aplicação da Convenção e deste Protocolo, for feita referência a membros relacionados no Anexo A ou B da Convenção, qualquer membro cujo Governo tenha aderido à Convenção nas condições prescritas pelo Conselho, ou a este Protocolo em conformidade com o parágrafo (1) (b) deste Artigo, será considerado como estando relacionado no Anexo apropriado.

#### ARTIGO 8

*Aplicação provisória*

Qualquer Governo signatário poderá depositar junto ao Governo dos Estados Unidos da América uma declaração de aplicação provisória deste Protocolo. Qualquer outro Governo qualificado para assinar este Protocolo ou cujo pedido de adesão seja aprovado pelo Conselho poderá também depositar junto ao Governo dos Estados Unidos da América uma declaração de aplicação provisória.

Qualquer Governo que deposite tal declaração aplicará provisoriamente este Protocolo e será provisoriamente considerado parte do mesmo.

#### ARTIGO 9

*Entrada em vigor*

(1) Este Protocolo entrará em vigor entre os Governos que tenham depositado instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, conclusão ou adesão, ou declarações de aplicação provisória, de acordo com os Artigos 6, 7 e 8 deste Protocolo, como segue:

(a) em 19 de junho de 1975, em relação a todas as disposições da Convenção, menos os Artigos 3 a 9 inclusive e ao Artigo 21, e

(b) em 1º de julho de 1975, em relação aos Artigos 3 a 9 inclusive, e ao Artigo 21 da Convenção, se tais instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, conclusão ou adesão, ou declarações de aplicação provisória tiverem sido depositados o mais tardar até 18 de junho de 1975 em nome dos Governos representando membros exportadores que detenham pelo menos 60% dos votos indicados no Anexo A e representando membros importadores que detenham 50% dos votos indicados no Anexo B, ou que tivessem detido tais votos respectivamente, se fossem partes na Convenção naquela data.

(2) Este Protocolo entrará em vigor para qualquer Governo que deposite um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, conclusão ou adesão depois de 19 de junho de 1975, de acordo com as disposições pertinentes

deste Protocolo, na data em que se efetue tal depósito, ficando entendido que nenhuma parte do mesmo entrará em vigor para tal Governo até que essa parte entre em vigor para os demais Governos na forma dos parágrafos (1) ou (3) deste Artigo.

(3) Se este Protocolo não entrar em vigor de acordo com o parágrafo (1) deste Artigo, os Governos que tenham depositado instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, conclusão ou adesão, ou declaração de aplicação provisória, poderão decidir por consenso mútuo que o mesmo entre em vigor entre aqueles Governos que tenham depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, conclusão ou adesão, ou declarações de aplicação provisória.

#### ARTIGO 10

*Notificação pelo Governo depositário*

O Governo dos Estados Unidos da América na qualidade de Governo depositário notificará todos os Governos signatários ou aderentes de cada assinatura, ratificação, aceitação, aprovação, conclusão, aplicação provisória e adesão a este Protocolo, bem como de cada notificação e aviso recebido na forma do Artigo 27 da Convenção e de cada declaração e notificação recebida na forma do Artigo 28 da Convenção.

#### ARTIGO 11

*Cópia autêntica do Protocolo*

Logo que possível, após a entrada em vigor definitiva deste Protocolo, o Governo depositário remeterá uma cópia autêntica deste Protocolo nas línguas inglesa, francesa, russa e espanhola ao Secretário Geral das Nações Unidas para registro de acordo com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas. Qualquer emenda a este Protocolo será comunicada da mesma forma.

#### ARTIGO 12

*Relação do Preâmbulo com o Protocolo*

Este Protocolo inclui o Preâmbulo dos Protocolos Instituídos para a nova prorrogação do Acordo Internacional do Trigo, 1971.

Em testemunho do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados para esse fim por seus respectivos Governos ou autoridades, assinaram este Protocolo nas datas que aparecem ao lado de suas assinaturas.

Os textos deste Protocolo nas línguas inglesa, francesa, russa e espanhola serão igualmente autênticos. Os originais serão depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América, que transmitirá cópias autênticas do mesmo a cada parte signatária ou aderente e ao Secretário Executivo do Conselho.

DECRETO Nº 76.389 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1975

*Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial, de que trata o Decreto-lei n.º 1.413, de 14 de agosto de 1975, e dá outras providências*

(Publicado no Diário Oficial de 6 de outubro de 1975).

#### Ratificação

Na página 13.329, 4ª coluna, nas assinaturas,

Onde se lê:

ERNESTO GEISEL

Severo Fagundes Gomes

João Paulo dos Reis Velloso

Maurício Rangel Reis

Lela-se:

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

Severo Fagundes Gomes

João Paulo dos Reis Velloso

Maurício Rangel Reis

## MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DECRETO DE 10 DE OUTUBRO DE 1975

O Presidente da República.

resolve

#### ALTERAR

o Decreto de Nomeação para exercer o cargo de Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América, publicado no Diário Oficial de 22 de fevereiro de 1974, relativo ao General-de-Brigada Heli Galdino Martins, para declarar que o referido Oficial-General é também considerado credenciado junto ao Governo do Canadá, de acordo com o estabelecido na letra "b" e parágrafo 5º do artigo 1º do Decreto nº 75.914, de 26 de junho de 1975.

Brasília, 10 de outubro de 1975, 164ª da Independência e 87ª da República.

ERNESTO GEISEL

Sylvio Frota

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETOS DE 10 DE OUTUBRO DE 1975

O Presidente da República,

de acordo com o disposto no artigo 2º do Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, resolve

#### DESIGNAR

a seguinte Delegação para representar o Brasil na VI Reunião de Consulta Brasil-Estados Unidos a realizar-se no Rio de Janeiro, de 13 a 17 de outubro vindouro, convocada pelo governo norte-americano, nos termos do artigo VIII do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1946:

#### Chefe

Major Brigadefel do Ar Edvino Caldas Santos, Presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), do Ministério da Aeronáutica.

#### Delegados

Coronel Aviador Waldir Pinto da Fonseca, Assessor Setorial da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), do Ministério da Aeronáutica.

Coronel Aviador Hermano Vitral Joppert Junior, Assistente e Membro do Plenário da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), do Ministério da Aeronáutica.

Primeiro Secretário Antonio Ferreira da Rocha, Subchefe da Divisão de Transportes e Comunicações do Ministério das Relações Exteriores e Membro Adjunto do Plenário da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), do Ministério da Aeronáutica;

Doutor Expedito Albano da Silveira, Assessor Setorial da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), do Ministério da Aeronáutica;

Terceiro Secretário Jorge d'Escraignol de Taunay Filho, Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações do Ministério das Relações Exteriores e Membro Adjunto do Plê-